



Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento

26ª RO – Câmara Setorial da Palma de Óleo

DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA PALMA DE ÓLEO NO BRASIL



Brasília, 06 de março de 2018

GRUPO DE TRABALHO

Criação:

16/06/2016 – 22º RO da CSPO.

Motivação:

Propaganda negativa quanto aos aspectos ambientais do óleo de Palma no mundo.

Principais aspectos questionados: desmatamento, conversão de áreas pantanosas para o plantio e condição de trabalho. Malásia, Indonésia e América Latina citadas.

Objetivos:

Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil

Demonstrar as características das plantações de Palma de Óleo no Brasil e seus controles.

EURACTIV
SPECIAL REPORT

Read the coverage here

With the support of



[Home](#) / [News](#) / [Agrifood](#) / Parliament committee says palm oil biofuels usage should end by 2020

Parliament committee says palm oil biofuels usage should end by 2020

By Sarantis Michalopoulos | EURACTIV.com

📅 10 de mar de 2017 (updated: 📅 14 de mar de 2017)

Advertisement

DRAFT REPORT

Palm oil and deforestation of rainforests
(2016/2222(INI))

Committee on the Environment, Public Health and Food Safety

2. Notes that palm oil can be cultivated responsibly and can make a real contribution to the economic development of a country, provided that no deforestation occurs, that no plantations are established on peatlands, and that the rights of indigenous communities are respected;

CONDUÇÃO DO TRABALHO

Primeira reunião: 09/08/2016 - Segunda reunião: 10/03/2017

Coordenação: Iêda – ABRAPALMA, reuniões e contatos remoto.

Grupo de trabalho:

Roberto Yokoyama – coordenador (ABRAPALMA)

Iêda Fernandes – relator (ABRAPALMA)

Alexandre Adam Borba (UBRABIO)

André Luiz Lemes Martins (CGAER/CC da Presidência da República)

Anna Carolina de Andrade Nogueira (CGAER/CC da Presidência da República)

Antonio Carlos Ventili Marques (APROBIO)

Antônio Ramalho Filho (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Daniel Furlan Amaral (ABIOVE)

Dvandro Pedro de Oliveira (CGAER/CC da Presidência da República, Consultor)

Éder da Silva (ABIQUIM)

Emeleocípio Andrade (CNA)

Frederico Marchiori Xavier De Jesus (ABIQUIM)

Geraldo Stachetti Rodrigues (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Jose Nilton de Souza Vieira (Casa Civil da Presidência da República)

Julio Cesar Minelli (APROBIO)

Márcio Mazzaro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Maria do Rosário Lobato Rodrigues (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Marília Ieda da Silveira Folegatti Matsuura (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Paulo Emílio Ferreira Motta (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Pedro Luiz de Freitas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Ricardo Lopes (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Rui Alberto Gomes Junior (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Sergio Tadeu Cabral Beltrão (UBRABIO)

Tiago Giuliani (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Wenceslau Geraldes Teixeira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Programa – Palma de Óleo sustentável:



- Base do trabalho.
- Seis ações principais:
 1. Desenvolvimento e publicação do Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo- ZAE Palma;
 2. Envio do projeto de Lei que restringe a expansão da Cultura no Território Nacional;
 3. Criação da Câmara Setorial da Palma de Óleo;
 4. Fortalecimento da Agricultura Familiar na região Norte;
 5. PD&I e extensão Rural ;
 6. Crédito.

Palma de Óleo
programa de produção sustentável

Estrutura do trabalho:

Sumário Executivo,

Introdução

Contextualização: Palma de óleo no Brasil e no Mundo.

Aspectos ambientais: Zoneamento, Ciclo de vida da Palma.

Aspectos Sociais: Leis trabalhistas, Agricultura Familiar, Programa de capacitação de profissionais.

Programa de produção sustentável da Palma de óleo:

Projeto de Lei 7.326/2010.

Certificação RSPO

Biodiesel

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Considerações Finais

Sumário executivo:

Resumo da condição socioambiental da produção de palma de óleo no Brasil.

Todas as considerações incluídas no sumário executivo encontram amplo respaldo ao longo dos tópicos abordados.

Tópicos abordados de forma resumida, porém consubstanciados por farta referência bibliográfica para o leitor que desejar informação com maior grau de profundidade.

Reúne em uma única publicação ações que abordam os aspectos ambientais, sociais e econômicos da cultura de palma de óleo no Brasil.

Palma de óleo:

Críticas gerais x Realidade Brasil

- Emite mais GEE do que retém, considerando a expansão sobre áreas de florestas e pântanos.
- Trabalho escravo.
- Deslocamento das populações tradicionais, explorados por grandes corporações.
- Retenção de GEE, pelo cultivo em áreas desmatadas no passado.
Opção para a recomposição da cobertura vegetal.
- Arcabouço legal de proteção ao trabalhador.
- Inclusão da AF na cadeia produtiva com diversificação nas pequenas propriedades.

Considerações Finais:

Ciclo recente de expansão com uma base socioambiental robusta.

Ainda existe uma grande demanda no mercado nacional para os óleos produzidos pela Palma de Óleo:

- **Óleo de Palmiste, que ainda permanecemos como importadores**
- **Óleo de Palma, cujo excedente poderá ser absorvido pela demanda crescente por biodiesel ou mesmo o mercado externo.**

Necessário manter, ou mesmo acelerar a expansão, mantendo o padrão socioambiental. A expansão demanda ações combinadas:

- **Ação estatal conjunta para a regularização fundiária.**
- **Ampliação de investimentos em PDI&TT.**
- **Aprovação do PL.**
- **Manutenção ou ampliação de linhas de crédito adequadas à cultura.**

Próximos passos:

- Trabalho enviado aos membros da câmara (Nov/17).
- Recebeu contribuições da SEAD e Embrapa, completando informações sobre a agricultura familiar e investimentos.
- Considerados ajustes pontuais, sem efeito sobre o que foi deliberado e circulado em Novembro de 2017.

-Devido ao complemento de texto e período de recesso de final de ano, enviado no início de 2018 para a secretaria da câmara.

Próximos passos:

- Envio para diagramação (e tradução?) (etapa coordenada/custeada pelo MAPA em trabalhos anteriores).
- Divulgação do relatório pelo ministério às entidades e público em geral.